



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA NONAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

**ABERTURA** - Aos cinco e seis dias de julho, de dois mil, às dez horas, na sala de reunião “Conselheiro **Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Nonagésima Nona Reunião Ordinária do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA** - Colocada em apreciação, a Ata da 98ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada, considerando-se a solicitação do Conselheiro **Carlos Martins** de que as suas manifestações fossem contempladas em todas as atas das reuniões do CNS. Frente a essa colocação, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que o pleito seria levado em consideração e, a partir da presente reunião, todas as manifestações dos Conselheiros constariam das atas. **INFORMES – 1) Relatório Anual 2000 da OMS – “Sistemas de Saúde: Melhorando o Desempenho”** – Conselheira **Rita Barata** observou que o referido relatório poderia ser instrumento de avaliação do CNS sobre as propostas da OMS em relação ao desempenho do Sistema Único de Saúde. Informou, também, que a metodologia de elaboração do Relatório da OMS havia sido modificada, deixando de ater-se apenas à apresentação de dados demográficos e de saúde dos países e passando a medir o desempenho dos sistemas de saúde de cada país. Inicialmente, o relatório apresenta o modelo ideal de saúde a ser buscado pelos países, como sendo um sistema de saúde onde cem por cento da população seria coberta por seguro-saúde, que poderia ser custeado pelo próprio indivíduo ou pelo estado, no caso da parcela da população que não pudesse arcar com o custo do seu seguro. Os objetivos previstos para os sistemas de saúde são: a melhoria da saúde da população; repostas às expectativas da população e financiamento equânime. Com base nesses estudos, o relatório procurou estabelecer duas performances: a do nível de saúde e a do global do sistema. Com relação aos níveis de resposta às expectativas, os aspectos considerados foram: dignidade; autonomia; confidencialidade; atenção rápida; amenidades; suporte social e livre escolha. Em seguida, a Conselheira **Rita Barata** apresentou dados (utilizando a metodologia de apresentar os cinco primeiros e os cinco últimos do ranking mundial e os dados do Brasil) sobre os seguintes indicadores de saúde: **1)** nível de saúde; **2)** equidade na sobrevida infantil; **3)** capacidade de resposta às expectativas; **4)** distribuição da resposta; **5)** financiamento; **6)** alcance global do sistema (indicador ponderado); **7)** performance no nível de saúde; e **8)** performance global do sistema. A Conselheira disse, ainda, que o relatório não poderia ser considerado como uma representação fiel da realidade mundial, visto que o grupo de economistas que elaborara os indicadores não havia se preocupado se os mesmos ponderavam as medidas de forma adequada. Acrescentou que o referido relatório fora efetuado com base na amostragem de dados de vinte e um países e projetando opinião, através de questionários de pesquisa. Conselheiro **Lindomar Lopes** solicitou que as transparências apresentadas pela Conselheira **Rita Barata** fossem distribuídas aos Conselheiros e manifestou a sua preocupação com relação à execução de algumas rubricas do Ministério da Saúde, citando como exemplo a baixa execução do orçamento destinado ao saneamento básico. Conselheiro **Sílvio Mendes** considerou extremamente graves as conclusões apresentadas no relatório da OMS, que não refletiam a realidade, sugerindo que o CNS se manifestasse publicamente sobre assunto. Conselheiro **Artur Custódio** propôs que fosse elaborada uma Moção, a ser divulgada na imprensa e remetida à OMS. Conselheira **Zilda Arns** manifestou seu descontentamento com relação à forma como fora elaborado o referido relatório e as suas conclusões. Conselheira **Maria do Socorro** ponderou que deveria haver articulação entre os países, que ficaram insatisfeitos com os resultados do relatório e considerou fundamental a participação dos usuários do Sistema de Saúde na formalização de indicadores sobre o mesmo. Conselheiro **Mário Scheffer** observou que o relatório da OMS apontava para questões importantes a serem consideradas, quais sejam: a precariedade do sistema de informações de saúde e a ausência de posicionamento político do Ministério da Saúde sobre o Sistema Único de Saúde. Conselheira **Lêda Dantas** considerou o momento importante para estabelecer contato estreito com a mídia, a fim de manifestar as posições do CNS em relação à defesa do SUS e, também, para aprimorar as relações internacionais, no âmbito da saúde e do controle social. Conselheiro **Mozart de Abreu** alertou os Conselheiros que um dos objetivos desse relatório estava voltado para a privatização da área da saúde, criticando o novo pensamento macroeconômico que não considera as condições objetivas e

reais e a utilização da informática para calcular estimativas de indicadores de saúde. Conselheiro **Gilson Cantarino** indagou se o relatório elaborado pela OMS refletia a diferença entre a política setorial para a organização do SUS e a política governamental para a área da saúde, ressaltando que o Brasil não possuía uma política de financiamento adequada. Conselheira **Maria Natividade** comunicou que o Fórum de Trabalhadores de Saúde levantara a necessidade do Ministério da Saúde manifestar-se política e tecnicamente sobre o relatório da OMS, bem como do CNS manifestar-se perante a população. Conselheiro **Augusto Amorim** concordou com as colocações dos Conselheiros que o antecederam e, também, com a proposta de manifestação política do CNS. Conselheira **Júlia Roland** sugeriu uma articulação com os organismos internacionais que elaboraram o relatório, tendo em vista a repercussão internacional do mesmo. Conselheira **Neide Barriguelli** considerou precipitada qualquer manifestação do Conselho sobre o relatório, observando que o mesmo não estava tão distante da realidade que o usuário do SUS enfrentava. Foram designados os Conselheiros *Gilson Cantarino, Mário Scheffer, Zilda Arns e Mozart de Abreu* para elaborarem manifestação política do Conselho, através de nota técnica, sobre o relatório da OMS. Foi aprovada moção contendo o posicionamento do CNS frente ao documento da Organização Mundial de Saúde, “*Sistemas de Saúde: melhorando a performance*”, e as suas repercussões para o país. **2) Atuação final pela aprovação da PEC da Saúde – O Dr. Ruy Nedel**, Coordenador Substituto do CNS, apresentou uma breve síntese do processo de aprovação da PEC da Saúde no primeiro turno. Inicialmente, observou que a aprovação da PEC poderia impulsionar uma política nacional de governo na área da saúde. Declarou que o trabalho do Conselho Nacional de Saúde, através dos segmentos nele representados, fora decisivo para a aprovação da PEC Aglutinativa 86-A, bem como o desempenhado pela Câmara de Deputados e pela Igreja. Conselheira **Zilda Arns** informou sobre a realização de audiência com o Presidente do Senado Federal, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, com a participação do Bispo **Dom Paulo Evaristo Arns**, quando houvera a confirmação de que a PEC Aglutinativa 86-A seria colocada em apreciação naquela casa. Falou, ainda, da necessidade de novas mobilizações para a fase do segundo turno de votação. **3) Calendário das reuniões de trabalho e discussão no CNS de macroeconomia/conjuntura e estrutura de gastos/execuções orçamentária** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros o calendário de reuniões de trabalho e discussão no CNS de macroeconomia/conjuntura e estrutura de gastos/execução orçamentária, decorrentes do trabalho que fora encomendado ao IPEA pelo CNS. **4) Moção de solidariedade ao Secretário Armando Raggio – redação final e repercussão inicial** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** apresentou aos Conselheiros a redação final da Moção de solidariedade ao Secretário Estadual de Saúde do Paraná, Armando Raggio, a qual obtivera repercussão favorável em várias Secretarias Estaduais e no Governo do Paraná. **5) Degravação da apresentação e discussão do relatório final da CPI dos medicamentos** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que fora solicitado à Secretaria Executiva do CNS a degravação dos posicionamentos do Deputado **Nelson Marchezan**, do Conselheiro **Mozart de Abreu** e da Conselheira **Lêda Dantas**, proferidos durante a 98ª Reunião Ordinária do CNS. A solicitação fora atendida e os discursos encontravam-se na ata da referida reunião. **6) Projeto de Lei para regulamentar a propaganda de cigarros** – Conselheiro **Mário Scheffer** comentou que o Projeto de Lei restringia a propaganda de cigarros e bebidas e previa a aplicação de multas severas frente ao descumprimento da Lei. O Projeto fora encaminhado pelo Ministério da Saúde à Câmara dos Deputados, incorporara treze projetos de lei referentes ao tema e recebera quatorze emendas constitucionais, sendo que os projetos de Lei, em sua maioria, procuravam atender ao lobby dos fabricantes de cigarros e bebidas, atenuando a severidade proposta pelo Governo. Acrescentou que o Deputado Relator, **Jutahy Júnior**, havia elaborado parecer, que fora aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que retirava a restrição para a propaganda de bebidas. Concluindo, informou que o Projeto de Lei seria apreciado pela Câmara dos Deputados na primeira semana do mês de agosto. O Conselheiro sugeriu que o CNS manifestasse sua posição favorável à aprovação do Projeto de Lei. Foi aprovada, por unanimidade, Recomendação do CNS, manifestando publicamente a posição do CNS e recomendando a aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei substitutivo, de autoria do Deputado **Jutahy Júnior**, por contemplar a ação do Poder Executivo, bem como outros projetos de lei sobre a matéria. **7) Situação dos hospitais do Rio de Janeiro** - Conselheiro **Sólon Viana** declarou que o informe dizia respeito a dois episódios, ocorridos no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, que feriam os princípios do SUS, da descentralização e do acesso universal e igualitário. O primeiro caso, referia-se à preocupação do Ministério da Saúde em equacionar a questão dos cinco hospitais federais do Rio de Janeiro que permanecem sob a gestão federal, sugerindo a adoção de um modelo similar à Rede Sarah Kubitschek. Observou que esse fato poderia acarretar três riscos: marcar uma tendência de federalização de rede nacional de referência; comprometer a unidade de comando, em cada nível de governo ou a governabilidade da Secretaria de Saúde Estadual/Municipal e criar um mecanismo

privilegiado de financiamento. O segundo caso referia-se à instalação de unidade do INCOR, em Brasília-DF, tendo em vista ser uma iniciativa do Poder Legislativo e ser uma medida que poderia vir a consagrar desigualdades. A proposta é que essa unidade destinasse 40% do seu atendimento às autoridades locais e 60% ao público restante, acrescentando que ainda não havia uma regulamentação referente à utilização de recursos público para custeio e investimentos e/m serviços de saúde destinados à clientela específicas. O Conselheiro sugeriu que o assunto fosse acompanhado pelo CNS. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que o Conselheiro **Sólon Viana** fosse designado relator da matéria para apresentá-la na reunião subsequente do CNS. **8) Acesso e Humanização do atendimento no SUS** – Conselheiro **Geraldo Adão** observou que após dez anos de implantação do SUS, o foco atual era a busca do bom atendimento do Sistema, ressaltando a importância da mobilização da sociedade, como ocorrera nos casos da CPMF e da PEC Aglutinativa 86-A. Ressaltou, ainda, que o SUS apresentava inegáveis avanços, mesmo com algumas deficiências de origem (sendo a maior delas a do financiamento, que começava a ser corrigida com a aprovação da PEC) e no que se refere ao atendimento, acesso, acolhimento e humanização do Sistema. Informou que o Grupo de Trabalho que estuda o aspecto do acesso e humanização do atendimento no SUS reunia-se regularmente, porém, ainda não possuía propostas concretas a serem apresentadas ao Conselho. Disse que o grupo encontrava-se em fase de pesquisa e avaliação dos dados, ressaltando a dificuldade de acesso às informações básicas, principalmente, com relação à demanda reprimida. Informou, ainda, que fora elaborado questionário-pesquisa, nas Santas Casas e nos Hospitais Filantrópicos, procurando conhecer os dez serviços disponibilizados que apresentavam maior dificuldade ou impedimento para o atendimento e os problemas que afetam os serviços citados. O Grupo solicitara ao DATASUS a relação dos atendimentos prestados em 1999, com as informações sobre frequência e custo do atendimento ambulatorial e à Secretaria de Estado da Saúde de Belo Horizonte, a relação dos atendimentos prestados no mesmo ano, contendo informações sobre as especialidades e os exames, visando identificar as especialidades mais demandadas e as que representam a maior dificuldade de acesso. Concluindo, informou que o Grupo participara do Seminário de “*Humanização e Atendimento ao Usuário*”, realizado na OPAS e que iniciaria a apresentação de propostas na próxima reunião do Conselho. **9) Formas de remuneração de pessoal de saúde das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários** – Conselheiro **Gilson Cantarino** informou que o relatório-final não havia ficado pronto, solicitando que o informe fosse apresentado no dia seguinte. **10) Panorama das Resoluções do CNS** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Secretaria-Executiva do CNS elaborara um panorama das Resoluções do CNS, contendo as homologadas e não homologadas, Recomendações e Moções, sendo separadas pelos seguintes critérios: os atos do CNS direcionados para a alteração de estrutura do modelo assistencial; os atos referentes ao controle e execução e outros atos diferenciados. Sugeriu que o estudo fosse completado por um grupo de Conselheiros. **11) CPI dos Planos Privados de Saúde** - Conselheiro **Mário Scheffer** informou que paralelamente ao processo de regulamentação dos Planos Privados de Saúde, a Câmara dos Deputados iniciara discussão importante sobre a necessidade de instalação de uma CPI sobre o setor, que aguardava aprovação. Acrescentou que a Câmara dos Deputados realizara um Seminário sobre “*O Balanço da Regulamentação dos Planos Privados de Saúde*”. Concluindo, informou que a Agência de Saúde Suplementar apresentaria proposta para a regulamentação dos contratos antigos à nova legislação. **12) Comissão de Comunicação Social do CNS** – Conselheiro **Mário Scheffer** informou que a Comissão de Comunicação Social do CNS não vinha se reunindo há alguns meses, devido à necessidade de recomposição. Apesar disso, a Comissão estava em fase de conclusão de documento referente à proposta de Política Pública de Comunicação Social para o SUS. **13)** Conselheiro **Mário Scheffer** informou que a Coordenação Nacional de DST/AIDS divulgara duas notas oficiais, criticando o posicionamento da Igreja Católica com relação ao uso do preservativo, sugerindo que o CNS, também, se manifestasse a esse respeito. Foi aprovada Moção do CNS em defesa dos preservativos na prevenção das DST/AIDS, com os votos contrários dos Conselheiros Mozart de Abreu e Lima e Zilda Arns. **14)** Conselheira **Rita Barata** lembrou que a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia havia apresentado o seu plano de trabalho, do qual constava a formulação de Política de Ciência e Tecnologia em Saúde. Em função da proposta do Poder Executivo, especificamente, do Ministério da Saúde, de criar uma Agência Nacional de Pesquisa em Saúde, a Comissão passara a colaborar e acompanhar o projeto de criação da Agência, que teria a atribuição de formular a Política de Ciência e Tecnologia para a área da saúde, além de produzir pesquisas estratégicas para o SUS. **15)** Conselheira **Zilda Arns** informou que recebera da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Paraná, considerações sobre a comercialização de correlatos de óculos que, por não necessitarem de registro, podem ser comercializados livremente. Sugeriu que o assunto fosse debatido no CNS. Conselheiro **Silvio Mendes** sugeriu que o CNS convidasse a Sociedade Brasileira de Oftalmologia para fazer

avaliação sobre o assunto, visando respaldar o CNS em sua decisão. O **Coordenador Nelson Rodrigues dos Santos** explicou que os correlatos de óculos eram destinados especificamente à presbiopia (vista cansada) e sugeriu a formação de um grupo de Trabalho para recolher dados sobre o tema e, posteriormente, apresentar ao CNS. A sugestão foi aprovada e o grupo foi composto pelos Conselheiros **Zilda Arns, Neide Barriguelli e Climério Rangel**. 16) Conselheiro **Carlos Martins** informou que a Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente realizará, em agosto/2000, oficina de trabalho, objetivando a criação de estratégias para a construção de uma agenda comum, buscando incorporar ações de saneamento com ações de atenção básica à saúde, do Programa Saúde da Família. Informou, ainda, que a Prefeitura de Manaus possuía programa de saúde da família que não era ligado ao Ministério da Saúde, com previsão de conclusão para outubro/2000, e que estava desprovendo os postos de saúde daquela localidade de recursos humanos, em função do oferecimento de remuneração superior. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que o Conselheiro **Carlos Martins** aprofundasse os estudos sobre o tema e, posteriormente, o apresentasse ao CNS, para que o mesmo pudesse se manifestar. Conselheiro **Cláudio Duarte** disse que o Ministério da Saúde estava acompanhando o Programa de Saúde da Família de Manaus e procuraria enquadrá-lo como um similar do Programa Saúde da Família, informando que os recursos eram provenientes da Prefeitura de Manaus. 17) Conselheira **Neide Barriguelli** informou que a Comissão Parlamentar de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados visitara vários estados brasileiros, constatando que os doentes mentais estavam sendo tratados em condições subumanas, sugerindo que a Comissão Intersetorial de Saúde Mental fosse reativada e produzisse subsídios para o CNS manifestar-se sobre o assunto. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que a Comissão Intersetorial de Saúde Mental do CNS entrasse em contato com o Ministério da Saúde, com vistas a encontrar solução para o problema. Conselheiro **Cláudio Duarte** declarou que o Ministro da Saúde ressaltara a importância de iniciativas para a área da saúde mental e que os estados e municípios estavam sendo estimulados a reorganizarem os seus modelos de atenção na área de saúde mental. 18) Conselheiro **Temístocles Neto** informou que em 11/05/2000 fora assinado convênio entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Fundação Ezequiel Dias, com o objetivo de apoiar financeiramente o projeto “*Deteção, Identificação, Controle e Monitoramento da Presença de Agrotóxicos e Toxinas em Alimentos*”. Acrescentou que aquela Fundação encontrava-se com problemas na implantação do Projeto e que havia suspeita de irregularidades, sugerindo que o CNS levantasse informações sobre o referido convênio. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que, inicialmente, o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais deveria manifestar-se sobre o assunto. O Conselheiro **Temístocles Neto** informou que aquele Conselho, que passava por uma crise interna na área administrativa, estava aguardando o posicionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** declarou que todas as informações obtidas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária seriam repassadas ao Conselheiro **Temístocles**, para que procedesse o acompanhamento da questão. Conselheiro **José Spigolon** colocou que a legislação da pessoa jurídica fundacional estabelecia que a promotoria pública era curadora natural daquelas entidades e, portanto, deveria exercer a fiscalização e corrigir as distorções. O Conselheiro **Temístocles Neto** informou que o assunto fora encaminhado, também, ao Ministério Público. **ITEM 02 – PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DE SAÚDE E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO: REALIZAÇÃO E RESULTADOS DA LICITAÇÃO. PAPEL DO CNS E DOS CES DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DE CAPACITAÇÃO** - A Senhora **Vera Valente**, Diretora da Secretaria de Investimentos de Saúde/MS, iniciou a sua exposição dizendo que o Projeto de Capacitação de Conselheiros de Saúde e membros do Ministério Público tinha como objetivo o fortalecimento de mecanismos de controle social do SUS, mediante implantação de programa continuado de capacitação de Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde e membros do Ministério Público. Destacou que houvera participação de membros do Conselho Nacional de Saúde na elaboração do Projeto, que abrangia os seguintes objetivos: **1)** prover os Conselheiros de instrumentos para o exercício de suas atribuições; **2)** fomentar o conhecimento e a discussão sobre os princípios e diretrizes do SUS; **3)** fortalecer a atuação dos Conselheiros de Saúde como elementos catalisadores da participação da sociedade; **4)** desenvolver estratégias que promovam o intercâmbio de experiências; **5)** contribuir para a formação de uma consciência sanitária e **6)** contribuir para articulação de Conselheiros de Saúde e outras instâncias. O público alvo da primeira fase do projeto era composto da seguinte forma: 50% de Conselheiros Estaduais e Municipais dos Estados que assinaram termo de compromisso e 50% de Conselheiros Estaduais e Municipais da Capital dos Estados que não assinaram o compromisso. Disse que o Projeto fora orientado por um modelo pedagógico que favoreça a aprendizagem baseada no cotidiano dos Conselheiros, além da utilização de oficinas que simulem situações vivenciadas pelos Conselheiros em suas atividades. Acrescentou que eram compromissos básicos das Secretarias Estaduais de Saúde para com o Projeto de

Capacitação: **1)** Conselho Estadual de Saúde formalmente organizado; **2)** recursos específicos destinados à educação continuada de Conselheiros; **3)** realização de duas Plenárias Estaduais de Conselheiros de Saúde, entre 1998 e 2002; e **4)** divulgação da capacitação e mobilização dos Conselheiros (mínimo 70% dos titulares). A expositora mencionou, ainda, o cronograma do processo licitatório e informou que o monitoramento e a avaliação do Projeto seriam executados por um Comitê de Acompanhamento, que teria a seguinte composição: **1)** um representante do Ministério da Saúde; **2)** um representante do Conselho Nacional de Saúde; **3)** um representante da Comissão Permanente de Defesa da Saúde. As atribuições desse Comitê eram avaliar, negociar e acompanhar a execução do Projeto; monitorar o cumprimento das metas e dos cronogramas de trabalho; analisar e aprovar os Planos de Cursos, as estratégias de operacionalização e os produtos desenvolvidos; receber e avaliar os relatórios parciais, a serem encaminhados trimestralmente pela instituição contratada; acompanhar, fiscalizar e comprovar a execução dos serviços prestados e contribuir para a articulação entre os dois subprojetos. Atualmente, o Projeto encontra-se em processo licitatório, tendo recebido em 15/06/2000 propostas para os dois subprojetos (capacitação de conselheiros e capacitação de membros do MP). Concluindo, apresentou o cronograma previsto para a implementação do projeto: **1)** agosto/2000 – conclusão do processo licitatório; **2)** setembro/2000 – negociação e assinatura do contrato; **3)** dezembro/2000 – conclusão da elaboração do material didático; **4)** março/2001 – montagem da estrutura operacional e seleção/treinamento dos monitores; e **5)** abril/2001 – início dos cursos. Conselheiro **Gilson Cantarino** ressaltou a importância do papel dos Conselhos Estaduais para o processo de capacitação dos Conselheiros Municipais de Saúde. A Dra. **Vera Valente** esclareceu que os Conselhos Estaduais de Saúde acompanhariam a implementação do projeto, ao nível estadual, mapeando as experiências de capacitação. Conselheiro **William Saad** indagou se o projeto previa a formação em bioética, colocando-se à disposição para auxiliar nesse sentido. A Dra. **Vera Valente** explicou que a referida disciplina constava do conteúdo programático destinado aos membros do Ministério Público. Conselheira **Maria do Socorro** indagou se o projeto envolvia a sensibilização dos conselheiros frente às especificidades relevantes de cada grupo social e regionais. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** propôs que o CNS se articulasse com os Conselhos Estaduais de Saúde, estimulando-os a formarem seus respectivos Comitês de Acompanhamento do Projeto. Foram designados os Conselheiros **José Spigolon** e **Zenite Freitas** para integrarem o Comitê de Acompanhamento Central do Projeto. **ITEM 03 – SUS: EFICIÊNCIA E EFICÁCIA** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** fez a apresentação do documento “*SUS: Eficiência e Eficácia*”, já apresentado anteriormente, quando fora comprovada a eficiência do Sistema e, no momento, enfocando a questão da eficácia frente ao impacto na saúde da população. Sugeriu, então, que os Conselheiros colaborassem para o aprimoramento do documento, adaptando-o às realidades das respectivas entidades. Conselheira **Zilda Arns** considerou o documento muito bom e disse que cada entidade, com base nas suas experiências, poderia apresentar contribuições ao mesmo. Conselheiro **Artur Custódio** sugeriu que fosse designado um Conselheiro relator para receber as contribuições e adequá-las ao documento. Conselheiro **Sérgio Magarão** sugeriu que fosse acrescido ao item nove a previsão de análise do acompanhamento dos orçamentos do Ministério da Saúde pelo CNS, articulado com a Comissão Intergestores Tripartite. Conselheiro **Gilson Cantarino** disse que o documento não dispunha sobre uma pactuação de metas e objetivos a serem atingidos, como por exemplo, a reorganização da atenção básica. Sugeriu que a expressão “*articulação com Diretorias Regionais*”, contida no item 04 do documento, fosse substituída por “*políticas regionais articuladas com as Secretarias de Estado*”. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que as metas e objetivos estavam contemplados em dois itens do documento. Conselheiro **Temístocles Neto** sugeriu que fosse inserido no documento o quantitativo de recursos humanos do país, no SUS, abrangendo os setores público e contratado. Propôs, ainda, que ficasse claro que o SUS é o único plano de saúde que atende outros planos (privados), bem como a necessidade de elaboração de política de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde. Conselheira **Rita Barata** sugeriu que a expressão “*treinamento em serviço*”, contida no item 03 do documento, fosse substituída por “*capacitação*”. Conselheiro **José Spigolon** colocou que um problema relevante para a melhoria do atendimento e do acesso era o sucateamento de algumas instituições e a perda significativa de remuneração dos profissionais de saúde. Conselheiro **Geraldo Adão** comentou que a produção de serviços do SUS era significativa, avaliando a capacidade do Sistema, apesar da existência de demanda reprimida e de não haver critérios para avaliação dessa produção. Sugeriu uma revisão urgente da tabela de procedimentos do SUS e, ainda, a elaboração de campanha esclarecedora sobre o fato de que, com a implementação do Sistema Único de Saúde, a saúde passara a ser considerada um bem público. Conselheira **Zilda Arns** ponderou que deveria estar expresso no item 02, a participação de entidades não governamentais na redução da morbi-mortalidade materno-infantil. Conselheira **Maria do Socorro** propôs que ficasse garantida, no item 08, a continuidade da capacitação de conselheiros de saúde,

tendo em vista a possível aprovação da PEC Aglutinativa 86-A e as demandas oriundas da 11ª Conferência Nacional de Saúde. Conselheiro **Sérgio Piola** disse que o grande desafio para o funcionamento do SUS era o atendimento às pessoas de classe média e alta, sob a ótica dos princípios da equidade e da universalidade, solicitando que essa observação constasse da introdução do documento. Colocado em apreciação, o documento foi considerado aprovado, com a incorporação das sugestões dos Conselheiros. **ITEM 04 – IX PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE – RELATÓRIO PRELIMINAR** - O Coordenador Nelson Rodrigues dos Santos lembrou os Conselheiros dos momentos de tensão ocorridos na IX Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e declarou que a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde decidira não mais responsabilizar-se pela coordenação da parte de infra-estrutura das Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde. Conselheiro **Carlos Martins** ponderou que um Conselheiro do CNS não deveria indispor qualquer organismo contra o CNS, por ter sido voto vencido, principalmente, em uma Plenária de Conselheiros. Acrescentou, ainda, que deveria haver um rodízio nas coordenações das plenárias, bem como uma reformulação na organização das mesmas e concordou com a proposta de realização de apenas uma plenária de conselheiros por ano. Conselheira **Júlia Roland** observou que os Conselheiros deveriam ter cautela ao falar da atuação de um outro Conselheiro, principalmente, se o mesmo não se fizesse presente à reunião. Acrescentou que cada Conselheiro tinha liberdade de pensamento sobre o impacto da mudança do temário da 11ª Conferência Nacional de Saúde e considerou que houvera falha na forma de encaminhamento da questão, na ocasião da IX Plenária de Conselheiros. Conselheira **Zilda Arns** disse que sempre posicionou-se contra a realização de duas plenárias anuais, contudo, ressaltou que o fato dos Conselheiros Estaduais e Municipais comparecerem às plenárias, sem ajuda de custos por parte do CNS ou do Ministério da Saúde demonstrava que o controle social estava sendo consolidado. Ponderou, ainda, que a grande maioria dos Conselheiros compareceram com vontade de exercer o seu papel, inclusive, no que se refere à PEC Aglutinativa 86-A. Lembrou, ainda, que manifestara anteriormente, sua posição contrária à antecipação da IX Plenária de Conselheiros e colocou que o local onde a mesma fora realizada prejudicava o andamento dos trabalhos em grupo e criticou a metodologia utilizada para as manifestações do Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde. Concluindo, observou que não houvera mudança do tema da 11ª Conferência Nacional de Saúde e, sim, um aprofundamento sobre o tema controle social. Conselheira **Ana Maria** lembrou que a Comissão Organizadora era formada por pessoas muito sérias e com poder de articulação e que a mesma tivera pouco tempo para a organização da IX Plenária de Conselheiras. Lamentou os incidentes acontecidos na Plenária e ressaltou a importância da presença dos Conselheiros Nacionais de Saúde no evento, o que valorizava a presença dos Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde. Sobre a moção de repúdio ao CNS, lembrou que ela fora encaminhada verbalmente e colocada em apreciação de forma atabalhoada. Disse, ainda, ao Conselheiro Carlos Martins que os Conselheiros coordenadores da Plenária não poderiam ser culpados pelos acontecimentos da mesma. Conselheiro **Cláudio Duarte** observou que houvera extrema deselegância de alguns participantes quando da manifestação do Senador Paulo Hartung (PPS/ES), que prejudicava o andamento do evento e poderia vir a prejudicar o processo de controle social. Colocou que deveria ser construído pelo CNS, no direito da divergência, um pacto ético no sentido de construir e fortalecer as instâncias administrativas. Concordou com as Conselheiras **Zilda Arns** e **Ana Maria** de que havia uma ação consciente, de alguns delegados, de enfraquecer a consolidação do controle social. Sugeriu que os Conselheiros procurassem evidenciar os aspectos positivos da IX Plenária de Conselheiros, principalmente, a troca de experiências e a pressão política positiva sobre o estado. Propôs, ainda, que fosse discutido, em âmbito nacional, estadual e municipal, a inserção das plenárias na institucionalidade do controle social. Conselheira **Zenite Freitas** manifestou a sua preocupação com a desqualificação da Plenária e disse que os coordenadores não poderiam ser condenados pelo fato de o evento não ter correspondido às expectativas, não concordando com a proposta de mudar a equipe coordenadora. Concordou com posicionamento do Conselheiro **Cláudio Duarte** de que as relações que deveriam ser permeadas, entre os Conselheiros Estaduais, Municipais e Nacionais, com base no princípio ético e na maturidade política. Lembrou que a proposta de discussão sobre organização e metodologia das plenárias já fora apontada anteriormente, não concordando com as observações do Conselheiro **Carlos Martins**. Concluindo, ponderou que a IX Plenária de Conselheiros atingira os seus objetivos, portanto, deveriam ser ressaltados os pontos positivos da mesma. Conselheira **Neide Barriguelli** levantou a necessidade de reflexão sobre a realização das Plenárias, de forma a evitar desentendimentos nos Estados, visto que alguns não têm como ou têm dificuldade em financiar a vinda dos seus representantes para Brasília. Conselheira **Maria do Socorro** disse que deveria ser feita uma análise crítica da organização, de forma coletiva, não colocando responsabilidades sobre os organizadores. Considerou que deveria ter havido uma estratégia ou metodologia de esclarecimento, com vistas à fragilidade do sistema de

saúde, às expectativas dos conselheiros e usuários e a concepção restrita do que é, realmente, o controle social. Manifestou sua discordância com o não comparecimento dos Conselheiros do CNS à parte da Plenária, fato esse que não era coerente com a construção de uma relação democrática com estados e municípios. Conselheiro **Augusto Amorim** disse que na ocasião da Plenária de Conselheiros, o CNS estava totalmente voltado para as estratégias de mobilização pela PEC Aglutinativa 86-A, que era de suma importância. Acrescentou que, apesar disso, a referida Plenária teve vários aspectos positivos, já destacados por outros Conselheiros. A propósito, não concordou com a proposta de mudança da Comissão Organizadora das Plenárias de Conselheiros. Conselheira **Rita Barata**, oportunamente, lembrou que, quando fora aprovada pelo Ministério da Saúde a convocação da 11ª Conferência Nacional de Saúde e, também, aprovado o temário da mesma pelo Conselho (por trinta votos a favor sobre dois votos contrários), um dos Conselheiros do CNS enviara correspondência aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, na qual dizia que houvera manipulação de duas entidades do Conselho articuladas com o governo. Observou que essa atitude não respeitava a deliberação democrática do CNS e que parte do descontentamento dos Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde advinha desse fato. Considerou, então, uma falha o Conselho não procurar esclarecer esses Conselheiros como havia se dado as discussões e deliberações sobre a 11ª Conferência Nacional de Saúde. Conselheiro **Temístocles Neto** ponderou que deveria ficar claro para os Conselheiros que “*Plenária*”, “*Encontro*” e “*Congresso*” são eventos diferenciados e com metodologias também diferenciadas. Nesse sentido, ressaltou que houvera grande avanço no processo de organização e produção, sugerindo que fosse feito um balanço de todos os eventos já realizados. Manifestou, ainda, a sua opinião pessoal de que houvera falha na forma de encaminhamento da mudança do temário da 11ª Conferência Nacional de Saúde, conforme dito, anteriormente, pela Conselheira **Júlia Roland**. Conselheiro **Sílvio Mendes** chamou a atenção dos Conselheiros para o fato de que o Conselheiro **Carlos Martins** havia se manifestado em um momento de tensão e, solidarizou-se, parabenizando os Conselheiros que participaram da Comissão Organizadora da Plenária. Conselheiro **Artur Custódio** colocou que os objetivos da Plenária haviam sido atingidos, considerando, porém, que o CNS estivera um pouco ausente do evento. Conselheira **Lêda Dantas** observou que, quando o CNS delegou a responsabilidade de organização da IX Plenária a quatro Conselheiros, pelo princípio da ética do trabalho coletivo, os mesmos passavam a representar toda a coletividade e, portanto, as falhas e críticas deveriam ser assumidas por todos os Conselheiros do CNS. Ponderou, ainda, que os Conselheiros deveriam redimensionar o seu papel nas Plenárias de Conselheiros, aproximando-se e articulando-se com os Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde, a fim de evitar outras experiências constrangedoras. Conselheira **Júlia Roland** explicou que o documento elaborado pelo Conselheiro **Jocélio Drummond** e, posteriormente, enviado aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, deixava claro o processo de discussão e, inclusive, o resultado da votação. Conselheiro **Carlos Martins** solicitou novamente a palavra para colocar que não estava responsabilizando a Comissão Organizadora pelos aspectos negativos ocorridos na IX Plenária de Conselheiros e, também, que a sua proposta de rodízio se referia à várias comissões e grupos do CNS. Ressaltou, ainda, que frente ao fato de o Conselheiro **Jocélio Drummond** ter enviado correspondência aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, o Conselheiro **Temístocles Neto** encaminhara resposta aos mesmos Conselhos, a qual fora assinada por várias entidades do CNS e, inclusive, por representações da CUT. Com base nas colocações dos Conselheiros, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** destacou três aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento das Plenárias de Conselheiros: **1)** a Plenária de Conselheiros deverá ser um epílogo anual das Plenárias Estaduais; **2)** a organização deverá ser pautada em “*mini-conferências*” anuais; e **3)** a institucionalização das Plenárias de Conselheiros. **ITEM 05 – REALIZAÇÃO DA 100ª R.O. NA FIOCRUZ-RJ: COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA FIOCRUZ E DA 100ª R.O. E 10 ANOS DO CNS** - Inicialmente, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que haviam dois pontos de pauta da 100ª Reunião Ordinária do CNS já definidos, sendo o primeiro referente à celebração do centenário da Fundação Oswaldo Cruz e, o segundo, a realização de um balanço das reuniões do Conselho, abrangendo as resoluções do CNS, a área de comunicação social e as Comissões do CNS. Fez, ainda, alguns esclarecimentos sobre organização e infra-estrutura oferecidas aos Conselheiros. Informou, ainda, que o Ministério da Saúde estava retomando as discussões sobre o controle de algumas endemias, tais como a malária e a doença de chagas e, frente a isso, sugeriu a realização de mesa-redonda sobre o caso da malária, que, inclusive, é objeto de plano emergencial de controle, do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde. Conselheira **Rita Barata**, complementando, informou que Oswaldo Cruz tivera participação importante na redução e controle da malária, desde 1905, considerando oportuna a discussão sobre o tema na 100ª Reunião Ordinária do CNS. Conselheiro **Carlos Martins** sugeriu que a pauta da reunião enfatizasse temas ligados à área de atuação da Fundação Oswaldo Cruz. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que



haveria uma apresentação da referida Fundação sobre suas atividades na área da saúde pública, inclusive, sobre o potencial de autonomia do país na produção industrial de vacinas imuno-biológicas. Conselheiro **Mário Scheffer** sugeriu que fosse feita uma solenidade de comemoração da 100ª Reunião Ordinária do CNS, contando com o empenho da Assessoria de Comunicação do CNS, de divulgação desse acontecimento e, também, que fosse feita alguma homenagem à pessoas que fossem marcos importantes para o Conselho Nacional de Saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** alertou os Conselheiros sobre a dificuldade de identificação de uma personalidade, contudo, sendo aprovada a sugestão, sugeriu que o homenageado fosse o Ministro Alcení Guerra, que resgatara o CNS, quando o mesmo fora vetado, antes da promulgação da Lei nº 8.080. Conselheiros **Neide Barriguelli** e **Sérgio Magarão** lembraram que o CNS deveria reservar tempo para as possíveis atividades programadas pela FIOCRUZ. Conselheiro **Temístocles Neto** sugeriu que fosse pautado item sobre a exposição da situação atual da tuberculose no país, convidando-se o Dr. Antônio Rufino Neto, que já fizera apresentação ao Conselho, a fim de proporcionar a continuidade do tema. Conselheira **Zenite Freitas** observou que a Secretaria-Executiva do CNS deveria conciliar as solenidades e a apresentação da FIOCRUZ com a pauta regular do Conselho, de forma a não prejudicar o andamento da reunião. Sugeriu, ainda, que fosse feita uma avaliação de resultados sobre o trabalho desempenhado pelo Conselho Nacional de Saúde, nos dez últimos anos. Conselheiro **José Spigolon** informou que estaria impossibilitado de participar da 100ª Reunião e solicitou que o CNS atentasse para o estabelecimento de critérios, no que se refere às homenagens. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** submeteu ao Plenário a proposta de convidar a Conselheira **Lêda Dantas** para ser porta-voz do CNS na homenagem à Fundação Oswaldo Cruz. A Conselheira **Lêda Dantas** propôs, como personalidades a serem homenageadas, o Dr. Gilbert e a Dra. Heloã. Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu que fosse eleito um homenageado que pudesse, por sua vez, representar várias pessoas que contribuíram e contribuem para o controle social do SUS. Conselheira **Zenite Freitas** sugeriu que fosse feita homenagem baseada nos Conselheiros que já passaram pelo CNS, nos dez últimos anos, com vistas ao processo de construção do controle social. Conselheiro **Gilson Cantarino** observou que, em sendo aprovada a proposta de realização de homenagem, o CNS não poderia esquecer o nome de Raimundo Bezerra. Conselheiro **Climério Rangel** lembrou do casal de Conselheiros do Estado do Rio de Janeiro, que morreram exercendo o controle social. Conselheiro **Temístocles Neto** sugeriu que fosse acatada a proposta do Conselheiro **Climério**, homenageando-se o casal de Conselheiros e outros Conselheiros já falecidos e, em seguida, cada representação faria homenagem a uma personalidade. Após as discussões, o Plenário decidiu que seriam homenageados o casal de Conselheiros do Estado do Rio de Janeiro e os demais Conselheiros do CNS falecidos. Conselheira **Maria do Socorro** informou que a representação da CONTAG não participaria da 100ª Reunião Ordinária do CNS, tendo em vista a mobilização de trabalhadoras rurais, organizada para o dia 10/08/2000, que terá reivindicações relacionadas à saúde ocupacional, mental, sexual e reprodutiva. Por sugestão da Conselheira **Ana Maria**, a Conselheira **Maria do Socorro** foi eleita representante do CNS no evento. Conselheiro **Climério Rangel** ofereceu a participação de coral composto por cegos, para fazer parte das homenagens na 100ª Reunião do Conselho. **ITEM 08 – O CUMPRIMENTO DA PAUTA NAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO CNS, EM ESPECIAL NOS CASOS DE EXPOSITORES CONVIDADOS E DO RELATO DA CIT (TRIPARTITE)** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** manifestou a preocupação da Comissão de Coordenação Geral com o deslocamento e até adiamento de pontos de pauta que contam com expositores convidados, bem como os sucessivos adiamentos do relato da Comissão Intergestores Tripartite, ocorridos nas últimas reuniões, sugerindo que esse relatório constasse permanentemente da pauta das reuniões, sem possibilidade de adiamento. Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu que fosse elaborada metodologia para o andamento das reuniões, de forma a conter parte das manifestações, durante as discussões, otimizando o tempo e evitando o adiamento das pautas. Foi aprovado, por unanimidade, o encaminhamento de que os expositores convidados e o relato da CIT não seriam itens de pauta passíveis de adiamento. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Comissão de Coordenação Geral apresentaria, na próxima reunião do CNS, proposta de metodologia para o funcionamento das reuniões ordinárias. **ITEM 09 – RELATO DA CONFIN/CNS** - O Prof. **Elias Jorge** apresentou e fez os devidos esclarecimentos sobre o Relatório da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS, falando sobre os seguintes temas: **I)** Execução Orçamentária do Ministério da Saúde; **II)** Arrecadação da União pela Secretaria da Receita Federal - SRF; **III)** Execução Orçamentária do Governo Federal (maio/2000); **IV)** Proposta de Emenda Constitucional Aglutinativa 86-A – Vinculação para saúde; **V)** Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde; **VI)** Plano de Trabalho da CONFIN/CNS para o ano 2000; **VII)** Orçamento 2001 e alterações na NOB 96; e **VIII)** Sugestões e encaminhamentos ao Plenário; **a)** que se mantivesse e intensificasse as atividades pela aprovação da PEC Aglutinativa 86-A (2º turno); **b)** que fosse pautada discussão sobre a proposta



orçamentária do Ministério da Saúde para 2001; e **c)** que fosse aprovado o presente relatório considerando-o anexo da ata da 99ª Reunião Ordinária do CNS, bem como o material de apoio apresentado. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** comunicou que, ainda no mês de julho, a Secretaria-Executiva enviaria aos Conselheiros o relatório da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, sobre a proposta de orçamento para 2001. Colocou, ainda, que as alterações da NOB 96 estavam em discussão na Comissão Intergestores Tripartite e seriam apreciadas na presente reunião. O Coordenador indagou ao Prof. **Elias Jorge** se as oscilações evidenciadas, mensalmente, nos dados macroeconômicos que eram apresentados ao CNS, eram inevitáveis, no processo de execução orçamentária da União. Conselheiro **Carlos Martins**, tendo em vista a baixa execução dos recursos destinados ao saneamento básico, indagou o que acontecia com os recursos não gastos. Conselheiro **Lindomar Lopes** manifestou a sua preocupação com relação à apreciação do orçamento/2001, sugerindo que o mesmo fosse trabalhado com vistas ao Plano de Metas e à PEC Aglutinativa 86-A. Conselheira **Maria do Socorro** perguntou como ficariam os outros tributos (CONFINs e CPMF), caso a PEC Aglutinativa 86-A fosse aprovada. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** esclareceu que nas reuniões da Secretaria-Executiva do CNS com o IPEA estava sendo buscado o entendimento sobre a estrutura dos gastos da saúde. O Prof. **Elias Jorge** observou que as alterações no orçamento aconteciam ao longo de todo o ano, inevitavelmente, e que a amortização da dívida era um item preocupante, nesse sentido. Acrescentou, ainda, que o problema relativo aos impostos e contribuições era que grande parte da arrecadação dos últimos cinco anos estava voltado para o pagamento de juros e amortização da dívida e esclareceu que o maior problema da gestão pública, no Brasil, era o descuido com o saneamento básico, nos últimos vinte anos. Informou, ainda, que o orçamento aprovado e não executado era transferido para a rubrica “Restos a Pagar”. Conselheira **Zilda Arns** observou que uma das justificativas para a não execução da rubrica do saneamento básico era a inadimplência dos municípios. Colocado em apreciação, o relatório da CONFIN/CNS foi considerado aprovado. **ITEM 10 – 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE** - Com base nas discussões da Reunião Extraordinária do CNS, realizada no dia 04/07/2000, a Conselheira **Rita Barata** apresentou a seguinte proposta, para a 11ª Conferência Nacional de Saúde: **1)** participação de 2.500 delegados, sendo que 75% seriam eleitos nas Conferências Estaduais de Saúde e 25% seriam indicados pelos seus segmentos; **2)** dentre os 1876 delegados eleitos nas Conferências Estaduais de Saúde, 50% seria representação de usuários, 23% representação de trabalhadores de saúde, 15% representação de gestores e 12% representação de prestadores; **3)** para os 624 delegados indicados pelos seus segmentos, a representação ficaria da seguinte forma: 56 prestadores, 56 gestores, 138 trabalhadores, 30 formadores e 312 usuários. Por sugestão do Conselheiro **Gilson Cantarino**, ficou explicitado na proposta que os suplentes de Conselheiros do CNS eram membros natos da 11ª Conferência Nacional de Saúde. Colocada em apreciação, a proposta foi aprovada por unanimidade. **Extra-Pauta** – Foi aprovada Resolução referente à ética na reprodução humana (complementação das normas gerais). **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Artur Custódio M. de Sousa, Augusto Alves Amorim, Carlos Corrêa Martins, Cláudio Duarte, Climério Rangel, Gilson Cantarino, José Carlos Passos, José Luiz Spigolon, Júlia M. Roland, Lindomar Tomé Lopes, Maria do Socorro de Souza, Maria Lêda Dantas, Maria Natividade Gomes Teixeira Santana, Mozart de Abreu e Lima, Mário César Scheffer, Neide Regina Barriguelli, Paulo Romano, Rita de Cássia B. Barata, Sérgio Luiz Magarão, Sérgio Piola, Sólon Magalhães Vianna, Sílvio Mendes Oliveira Filho, Sylvio Romero Costa, Temístocles Marcelos Neto, William Saad, Zenite B. Freitas, Zilda Arns.**